

# O “OVO DE COLOMBO” DE JOÃO BELÉM: ASPECTOS DA TRAJETÓRIA E OBRA DO PRIMEIRO A ESCREVER A HISTÓRIA DE SANTA MARIA

## *JOÃO BELÉM'S “EGG OF COLUMBUS”: ASPECTS OF THE TRAJECTORY AND WORKMANSHIP OF THE FIRST MAN TO WRITE THE HISTORY OF SANTA MARIA*

Jaisson Oliveira da Silva<sup>1</sup>

Recebido em: 12/08/2008

Aceito em: 25/09/2008

### **Resumo**

Este trabalho aborda aspectos da trajetória de vida e da obra histórica do literato e funcionário público João da Silva Belém, autor da primeira história escrita da cidade de Santa Maria: “História do Município de Santa Maria”, publicada em 1933. Partiu-se de uma perspectiva que ampliasse o escopo de uma análise historiográfica tradicional para uma reflexão que levasse em consideração a relação entre a obra do autor com suas experiências intelectuais, concepções políticas e opções metodológicas. Nesse sentido, conseguimos inferir sobre certas conexões existentes entre suas experiências históricas e seus discernimentos teóricos e historiográficos, a sua ligação com tendências da historiografia da capital e as implicações dessas vivências em sua interpretação da história santa-mariense.

**Palavras-Chave:** João Belém, Historiografia, Santa Maria

### **Abstract**

This work broach aspects of the life and historiography of João da Silva Belém, author of the first history of Santa Maria: “História do Município de Santa Maria”, published in 1933. We begin in a perspective that extended the target of the traditional historiography analysis for the relation between the historiography work and the intellectual experience, policies conceptions and methodological options of the author. Therefore, we infer about certain connections between their historical experiences and their theoretical and historiographic insights, its connections with the historiography of the capital, and the implications of such experiences in their interpretations.

**Keywords:** João Belém, Historiography, Santa Maria

Até o ano de 1933, data da primeira publicação da “História do Município de Santa Maria, 1797-1933” de João Belém, a cidade de Santa Maria da Boca do Monte ainda não tinha uma história escrita, embora já tivesse seus 75 anos de emancipação política. Após muitos anos de pesquisa e redação, João da Silva Belém apresenta seu “Ovo de Colombo”: a primeira obra que sintetizaria a história do município, desde seus primórdios até 1933. A expressão é do próprio autor: “O que aí está é bem o ovo de Colombo: Eu fiz o que qualquer outro poderia fazer. Mas quem fez fui eu” (BELÉM, 1989, p. 3.).

A obra de João Belém teve na época pouco ou quase nenhum reconhecimento: a Santa Maria dos anos 30 – uma cidade de médio porte, muito embora, na época, uma das mais importantes do estado – parecia não estar muito interessada em sua história. Ele mesmo teria confidenciado a um amigo, o historiador Aurélio Porto, sobre o insucesso do livro: “Um desastre de livraria. Santa Maria não sabe ler” (PORTO, 1935, p. 213). Seu livro não teve uma grande tiragem e a repercussão limitou-se aos meios letrados da cidade e a algumas escolas. Como afirmou Edmundo Cardoso, na

---

<sup>1</sup> Graduado em História pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Mestrando em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) – bolsista CNPq. E-mail: jaissonpj@gmail.com.

nota biográfica da primeira reedição, de 1989, boa parte dos livros fora “vendida como papel velho” (CARDOSO, 1989, p.1).

Esta obra foi o último grande projeto da vida de um sujeito que viveu intensamente o contexto histórico em que estava inserido. Um projeto que aparentemente destoava daquilo que constituiu grande parte da sua produção intelectual: o teatro e a poesia. Entretanto, como poderemos ver, essa contradição é mesmo aparente. A primeira história escrita de Santa Maria guarda uma interessante mescla de elementos que pode nos ajudar a compreender melhor não apenas a trajetória desse intelectual e o sentido desse projeto que fez parte de toda a última década de sua existência, mas também sobre o contexto histórico e historiográfico do RS, de forma geral, e particularmente da cidade de Santa Maria, aonde faleceu dois anos após a publicação de sua obra histórica.

### **1 A vida de um “boêmio incorrigível” com “alma de borboleta”.**

João Belém tinha alma leve. Como ele mesmo disse em um poema, era uma “alma de borboleta”: aqueles que carregavam trambolhos o dia inteiro e tinham na alma um doloroso peso imposto pela existência, tinham mesmo que dormir durante a noite, e dormir bem; ele, ao contrário, tinha essa alma ingênua e inquieta que podia vaguear solta pela noite (BELÉM, 1916). A alma de um “boêmio incorrigível” (PORTO, 1935, p. 213).

Falar desse intelectual de múltiplas faces e obras não é uma tarefa simples. Façamos já uma ressalva: é uma empreitada cujo resultado não é mais do que uma aresta da complexa geometria da existência histórica de um indivíduo tão atuante como João Belém. Sua trajetória foi repleta de atividades diversas, nem sempre análogas, mas que deixaram registros de uma intensa criatividade e fino trato literário. Belém escreveu poesia e teatro; foi funcionário público, professor de português, colaborador em jornais; e um sujeito politicamente engajado à causa republicana, militante dos quadros do Partido Republicano Rio-grandense (PRR).

João Belém nasceu no dia 4 de março de 1874, em Porto Alegre. Seu pai fora um artífice do Arsenal de Guerra que participou da Guerra do Paraguai, e, como boa parte dos integrantes dos quadros militares menos graduados, saiu da guerra sem grandes rendas. Belém fez os estudos iniciais na rede pública e conseguiu ingressar na Escola Normal de Porto Alegre em 1889, onde teve oportunidade de desenvolver e aprimorar seu já talentoso ímpeto literário. Formou-se normalista e lecionou primeiras letras durante um tempo, embora logo em seguida tivesse se inclinado para o campo da imprensa. Antes de completar seus 20 anos já era redator do periódico “Gazetinha”, da capital, ao lado do já citado Aurélio Porto (PORTO, 1935, p. 214-216).

Pouco tempo depois se empregou no setor administrativo da Viação Férrea, na companhia de capital belga recém formada *Auxiliaire de Chemins de Fer au Brésil*, tudo indica que entre 1894 e 1899. Neste período, a inserção dos capitais belgas nas estradas de ferro no Brasil estava

redimensionando a dinâmica urbana de diversas cidades sulinas, entre elas Santa Maria, que se tornou o centro do entroncamento ferroviário no estado (DIAS, 1986, p.99). Essa companhia foi criada no contexto do avanço das construções de linhas ferroviárias no estado e sua criação está diretamente atrelada à exploração das estradas “Porto Alegre/Uruguaiana” e “Santa Maria/Passo Fundo”. Como as oficinas destas estradas estavam localizadas justamente em Santa Maria, parte dos escritórios da companhia foi para lá transferida entre 1898 e 1902 (WICKERT; GELPI, p. 8), levando vários funcionários para o centro do estado. Dentre estes estava o jovem Belém, que teria se mudado para Santa Maria no início de 1900, sendo retransferido a Porto Alegre em janeiro de 1901 (PORTO, 1935, p. 216). Por fim, em maio de 1902, retornaria à cidade ferroviária, desta vez em definitivo. (DIÁRIO DO INTERIOR, 1939, p. 2.)

Entretanto, não permaneceria por muito tempo no emprego. Pouco tempo depois de fixar-se na cidade seria indicado para um cargo público e passaria a integrar os quadros da intendência municipal, nesse momento sob direção do PRR. Antes de 1910, Belém já era um respeitado funcionário público municipal. Ao contrário do que consta em todas as sínteses biográficas que examinamos (Beltrão, Marchiori e Cardoso), seus cargos não foram apenas o de tesoureiro e secretário, e também não foram nessa ordem, até porque, de acordo com a documentação administrativa, a hierarquia era inversa. Só em 1910 ele ocupou, no mínimo, quatro diferentes cargos.

No início desse ano, Belém exercia, oficialmente, o cargo de secretário de estatística, que tinha a função de controlar índices de natalidade, óbitos, casamento, número de habitantes e indicadores sociais em geral. Entretanto, no mesmo período, também aparece como escrivão *ad hoc* (temporário) no jornal “A Tribuna”, assinando pequenos comunicados de casamentos. Na prática, sua função era a mesma, mas na falta de um escrivão oficial, como secretário de estatística ele desempenhava essa função análoga no judiciário. Também de forma interina, nos primeiros meses de 1910, Belém assinou como subintendente distrital e delegado, conforme consta nos despachos e correspondências de casos por ele resolvidos (documentação presente no fundo documental da Intendência Municipal, do Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria)<sup>2</sup>. Em agosto do mesmo ano foi nomeado Tesoureiro Municipal, função hierarquicamente abaixo apenas dos cargos de comando do executivo, com um salário três vezes maior que o do cargo que então exercia, sendo o terceiro salário mais alto da administração pública da época.

Se pensarmos nesses dados de forma superficial, talvez eles possam não ter significado. Contudo, considerando o contexto em que Belém exerceu essas funções – no início da década de 1910 – esses cargos eram os mais bem pagos na administração pública de Santa Maria, diretamente

---

<sup>2</sup> Desde fins do século XIX, com a implantação da constituição republicana no estado, os intendentess podiam nomear subintendentes distritais com poderes também de delegado de polícia. (MAESTRI, 2005, p. 20). O intendente seria o cargo equivalente hoje ao de prefeito, e o subintendente seria como o atual subprefeito distrital.

atrelados ao poder político local, ou seja, ocupados por indicação direta do intendente. Através das evidências de suas nomeações é possível perceber que seus antecessores nos cargos eram republicanos antigos, e os que lhe sucederam eram das alas mais jovens do partido republicano na cidade. E tais conexões não eram nem um pouco fortuitas.

Essas relações precisam ser pensadas a partir do princípio de que os jogos políticos do clientelismo eram jogados num campo permeado por dissidências. Apesar de praticamente hegemônico na intendência municipal da Santa Maria da primeira república, o PRR local também sofreu com as discrepâncias internas do partido, principalmente na ocasião da candidatura dissidente de Fernando Abbott, em 1907 (BIAVASCHI, 2004). Esse episódio de ruptura interna do partido gerou alterações significativas nos quadros republicanos santa-marienses, inclusive com a criação de um novo órgão jornalístico, “A Tribuna”, de caráter borgista, para fazer frente ao “O Estado”, jornal republicano que acabou passando para o lado dos abbottistas.<sup>3</sup>

Tais conflitos levaram à criação/ampliação de canais de apoio diretos entre o governo e os núcleos partidários locais, e o fortalecimento da ala borgista em Santa Maria foi efeito dessa articulação, embora numericamente o partido estivesse realmente dividido na cidade (BIAVASCHI, 2005, p.5; AXT, 2007). Nesse sentido, era indispensável para a manutenção do poder local estruturar o quadro administrativo com homens de confiança e que estivessem ao lado dos interesses do grupo então dominante. O coronel Ramiro de Oliveira, líder local do PRR da ala castilhista que se manteve firme ao lado de Borges na eleição, seria eleito intendente no ano seguinte, em agosto de 1908, e cuidou para manter intacta essa articulação com o governo central<sup>4</sup>. Um dos seus principais companheiros foi João Belém, que participou ativamente da articulação de “A Tribuna” e que teve, nesse momento, sua maior ascensão na carreira de funcionário público, chegando ao terceiro posto mais importante da administração pública municipal.

Dessa forma, João Belém integrava uma rede partidária que funcionava a partir de mecanismos clientelísticos típicos desse período da história sul-rio-grandense. Redes estas que tinham ramificações importantes inclusive nas empresas da Viação Férrea, como salientou Biavaschi (2005). Belém vivenciou todo esse contexto e sua vida profissional foi marcada tanto pelo emprego nos escritórios da viação, que o trouxe a Santa Maria, quanto pela colocação e rápida ascensão como funcionário público municipal. Esse momento de sua trajetória não pode ser

---

<sup>3</sup> “O Estado” havia sido fundado por Ramiro de Oliveira e era secretariado por João Belém. Tendo sido comprado em 1906 por Antero Corrêa de Barros, passou para o lado dos dissidentes abbottistas, o que gerou a criação de “A Tribuna” para defender os interesses do PRR. (BELTRÃO, 1979, p. 406; BELÉM, 1989, p.207).

<sup>4</sup> Ramiro de Oliveira foi um dos homens mais fortes do PRR na cidade, da vertente castilhista. Um dos típicos coronéis mandatários, detentor de amplo prestígio político local e com aliados de vários segmentos. Foi chefe do partido ao longo de muitos anos, controlou órgãos de imprensa partidária na cidade e foi membro honorário e líder do *Club Julio de Castilhos*, clube de encontro dos membros do PRR em Santa Maria. (BELTRÃO, 1979, p. 346, 368, 438, 452; BIAVASCHI, 2005). Sua relação com Belém parece ter sido direta, pelas correspondências que averiguamos. As menções ao referido clube como ponto de encontro aparecem nos jornais da época e também em algumas cartas entre Belém e Ramiro de Oliveira.

devidamente compreendido se o desligarmos dessas circunstâncias. Belém não apenas foi nomeado para diversos cargos, mas também conseguiu, em pouco tempo, obter prestígio suficiente para poder fazer suas próprias indicações e nomeações para cargos na intendência<sup>5</sup> e permaneceu nos quadros da administração pública até aposentar-se. (MARCHIORI, 2002, p. 19).

Outro campo muito comum de interconexões políticas e profissionais nesse momento é o da maçonaria. As redes de clientelismo tecidas entre o PRR e a maçonaria, através de intercessões do Grande Oriente do Rio Grande do Sul (GORGS), são apontadas por Vécio como uma manobra de Julio de Castilhos para prevenir-se da influência de Silveira Martins, forte adversário por ser líder dos liberais e grão-mestre maçom com amplo prestígio político no Rio de Janeiro (VÉSCIO, 2001, p. 123). Essa manobra criou uma intrincada rede de clientelismo que ligou, ao longo de vários anos, o PRR à maçonaria, já que os maçons eram atendidos nos mais diversos aspectos concernentes ao aparelho burocrático do estado, desde nomeações de cargos e libertações de detentos até meros pedidos de recepção ou ajuda pessoal (VÉSCIO, 2001, p. 123-175). Um dos documentos mostrados por Vécio nos chamou atenção:

Em Setembro do ano transacto [sic] tive a honra de me dirigir ao Pod. Irm. pedindo-lhe para *emprestar o seu auxílio moral* à pretensão do nosso Irm. *João Belém*, que desejava a transferência do seu filho, *Tasso Belém*, funcionário da V. Férrea, para um escritório daqui, visto achar-se aquele gravemente enfermo e precisar de seu filho perto de si (VÉSCIO, 2001, p. 136) [grifos nossos].

O documento era assinado por Cícero Barreto, mestre da Loja Luz e Trabalho, intervindo por um indivíduo que, sem dúvida, era o mesmo João Belém<sup>6</sup>. Na condição de maçom e em nome da sua fidelidade ao partido e principalmente ao governo estabelecido, Belém pedia ajuda a um de seus “irmãos”, se utilizando dessa via de mão dupla do clientelismo político do período.<sup>7</sup>

Outro fato bastante curioso a respeito de sua atuação no meio maçônico é a participação no sarcástico periódico *Reação*, folha que desfechava ácida crítica no clero local e na Igreja Católica. Tal periódico foi representativo de um momento em que os embates discursivos entre a maçonaria e o clero tornaram-se frequentes e mais agressivos, principalmente por meio de jornais ou revistas.<sup>8</sup>

---

<sup>5</sup> Em uma das cartas encontradas, Belém, que já não mais exercia a função de delegado, indica dois praças para promoção a cabo da guarda. A correspondência é curta e direta, endereçada ao intendente, sem maiores detalhamentos.

<sup>6</sup> A ligação de Belém com a maçonaria parece remontar ao período que ainda estava na capital. Em sua primeira publicação, o libreto de poesias e prosas “Aerólitos”, já consta uma referência à maçonaria – na verdade uma dedicatória inicial. (BELÉM, 1902).

<sup>7</sup> Em outras evidências que encontramos, principalmente jornalísticas, há referências sobre outros republicanos da cidade que também eram maçons e também integraram os quadros do serviço público da intendência. Por exemplo, ao assumir a tesouraria municipal, é por indicação do intendente Ramiro de Oliveira, que o nomeia alguns dias após a morte de João Ignácio de Souza, até então ocupante do cargo, que foi um dos fundadores do PRR e maçom antigo na cidade. Seu velório foi na loja maçônica “Luz e Trabalho”, cerimônia a qual estiveram presentes grande parte dos mais influentes políticos e homens importantes da cidade, conforme noticiou o jornal “A tribuna” de 10 de agosto de 1910. Vários dos presentes eram também conhecidos e respeitados maçons, o que endossa o caráter e a dimensão dessas relações do partido com a maçonaria.

<sup>8</sup> De acordo com Vécio, esse embate começa quando determinados setores renovados do clero passaram a pôr em prática uma incompatibilidade entre Catolicismo e Maçonaria, baseados nos princípios renovados do ultramontanismo que desencadearam, em 1973, a chamada “questão religiosa”. Com isso a maçonaria passou a ser publicamente

Seja assinando com seu próprio nome, seja sob o pseudônimo de *J. Belzebuth*, Belém escreveu, com seu humor habitualmente refinado, crônicas que expunham ao ridículo as condutas eclesiásticas na cidade, num tom que era comum a revista como um todo:

Mimi não era gatinho, era uma menina. Os doze anos de Mimi eram [...] doze risonhas primaveras, mas verdadeiramente risonhas porque ela nunca sofrera um pesar que lhe fizesse chorar [...]. Pois, caros leitores, essa cândida menina, esse beijo de alvorada, esse riso do luar [...] foi um dia levada à igreja para se confessar, isto é, para que um padre a confessasse. E o padre, sem que um benemérito corisco o fulminasse, teve a suprema covardia de consentir que aquela criança, isenta de qualquer pecado, se ajoelhasse aos pés dele, velho pecador [...]. Que faltas graves pode ter praticado uma menina de 12 anos para ir, por intermédio de um confessor, pedir perdão a Deus? (BELÉM, 1915, p. 2)

As críticas do periódico maçônico se dirigiam às atitudes que consideravam abusivas do clero católico, que chamavam de “seita repudiada e parasitária”, principalmente por conta do poder cada vez maior que o ultramontanismo católico passava a representar em meados da década de 1910, com a expansão dos seus domínios políticos e de instituições de ensino. Em certo sentido, a Igreja era uma espécie de entrave também para muitos projetos republicanos e, como vimos, a maçonaria congregava massivamente membros ilustres do PRR na cidade. Esses embates tiveram considerável repercussão na opinião pública local, principalmente porque o periódico tinha como principal alvo o popular vigário da cidade, padre Caetano Pagliuca (BIASOLI, 2007; BELTRÃO, 1979, p. 586).

Todo o envolvimento com as disputas políticas e as questões profissionais não impediram que João Belém também produzisse vasta obra artística. Ao longo de todo esse tempo, não só atuou continuamente em periódicos como também produziu imensa quantidade de peças teatrais, das quais várias foram apresentadas em diversas cidades do estado, inclusive em Porto Alegre. Chegou a ser agraciado com a cadeira 37 da Academia Rio-Grandense de Letras (MARCHIORI, 2002, p. 19). Infelizmente boa parte dessa produção se perdeu. Apenas de algumas poucas – as mais famosas – restaram exemplares intactos, e dentre estas “A Professorinha”, “A comédia da Vida” e “Corações Gaúchos”, que foram recentemente publicadas em edição conjunta (BELÉM, 2002).

A verve satírica misturada a enredos permeados de “cor local” dá forma às suas peças, que abordam aspectos como a política partidária local, o cotidiano, os costumes do interior e os amores em meio às revoluções, sempre tratados por seus lados mais dramáticos (como no caso de “Corações Gaúchos”) ou mais pitorescos (como em “A Professorinha”). Em diversas passagens, Belém retratou circunstâncias cotidianas de cenários interioranos, incluindo passagens cômicas sobre os malogrados esforços de um partido local para qualificar seus eleitores analfabetos, por exemplo, ou sátiras sobre a rivalidade entre chimangos e maragatos, abordando certas situações que precisavam ser contornadas para que se pudesse ganhar prestígio e vencer o adversário político.

---

rechaçada pela Igreja Católica no Brasil, o que criou uma situação delicada de conflito, já que alguns padres da época ainda freqüentavam círculos maçônicos, bem como políticos e homens das mais diversas ocupações. (VÉSCIO, 2001, p. 81-117).

Nenhuma dessas situações narradas em suas comédias chega a ser inverossímil em relação ao período em que viveu, muitas chegando inclusive a ser comuns em municípios do interior, onde a dinâmica do coronelismo continuou vigente por bastante tempo. Situações dramáticas e injustiças cometidas nas e por conta das revoluções como a de 23 são também mostradas, e, através de personagens, Belém registrou sua crítica aos horrores que são permitidos ao longo das guerras (BELÉM, 2002, p. 139-224). Seu comprometimento com o PRR e sua posição na administração pública não lhe impediram de tratar desses temas, ainda que sutilmente, em suas ficções.

A década de 20 foi uma das mais produtivas de Belém, tendo sido ao longo dela que escreveu e apresentou suas melhores peças, publicou poesias e pesquisou sobre a história de Santa Maria. Sua capacidade intelectual e atuação pública lhe deram um *status* privilegiado e suas peças foram ficando mais conhecidas em todo estado, na medida em que iam sendo interpretadas em várias cidades e publicadas por iniciativas particulares como a da Livraria Comercial e Livraria do Globo.<sup>9</sup>

Seu último trabalho foi o compêndio sobre a história santa-mariense. Durante um bom tempo Belém se dedicou a esse que foi um dos seus últimos esforços em vida, mas a obra não foi devidamente lida por Santa Maria, pelo menos não naquele momento. No mesmo ano da sua morte, 1935, as homenagens públicas ao seu nome começariam a se tornar comuns, e, em menos de cinco anos, um busto seu foi inaugurado em sessão solene, com direito a orquestra e execução do Hino Nacional. Suas peças viriam a ser encenadas em diversas ocasiões e o grupo de atores com os quais trabalhou durante bastante tempo assumiu o nome de Grupo “João Belém”.

O reconhecimento do papel de Belém como um intelectual marcante na cultura santa-mariense – reconhecimento este que fora póstumo – acabou por reconstruir sua imagem na forma de um mito e de um exemplo de devoção à cidade. Um exemplo que serviria às gerações seguintes porque Belém havia deixado um legado constituído principalmente por uma história escrita da cidade. Essa é a imagem que, poucos anos após sua morte, passou a ser publicamente reiterada. Paradoxalmente, em vida, o reconhecimento não viera com tantas glórias, tanto que muito pouco restou de suas produções e sua *História* foi praticamente ignorada. Na seção seguinte, abordaremos alguns pontos dessa história, procurando encontrar algumas interconexões com as experiências que aqui foram descritas.

## **2 Sobre a “História do Município de Santa Maria”**

A história escrita por João Belém pertence ao contexto sócio-político que antecedeu o movimento de 1930, momento em que vinham acontecendo significativas transformações no âmbito

---

<sup>9</sup> Peças como “A Professorinha” (1928), “A comédia da vida” (1925) e “Corações Gaúchos” (1931) foram publicadas pela livraria comercial quase que simultaneamente ao seu lançamento nos teatros. Pela mesma foi editado também “Dia da Bandeira” (Didático/1927). Obras suas também foram publicadas pela Livraria do Globo: “A Arte” (1922), “Culto à Pátria” (Didático/1920) e “Páginas Perdidas” (Poemas/1916). (MARCHIORI, 2002, p. 21-22).

da produção da historiografia gaúcha. O início da década de 1920 já despontava como um novo período no processo de afirmação institucional da história do RS, com a criação e consolidação do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (IHGRGS), entidade representativa de uma nova preocupação intelectual: construir e apresentar ao país a história do estado sulino. E, a despeito das divergências entre historiadores da época, o ambiente intelectual e historiográfico da década de 30 demonstrou-se estrategicamente nacionalista nesta tarefa.

A historiadora Ieda Gutfreind (1998) apontou com probidade os embates entre o que chamou de matrizes platinas e lusitanas de interpretação da história do estado, como expressão das disputas políticas e principalmente em torno do ideal de nacionalismo que começava a ser imputado a um estado que até então era tido como apartado do resto do país. Havia uma ligação orgânica desse núcleo de produção – IHGRGS – com o governo estadual, que financiava a instituição e chegou a contratar historiadores para reescreverem os momentos cruciais da história gaúcha, como o caso do já citado Aurélio Porto (GUTFREIND, 1998, p. 24; CAIMI e COLUSSI, 2001). Muitos dos intelectuais deste grupo – entre os quais não podemos excluir Belém, que foi membro do instituto – também foram colaboradores, entusiastas ou pelo menos simpatizantes desse processo de revisão historiográfica, sendo que muitos seriam também apoiadores do movimento que levaria Getúlio Vargas ao comando do país.

Esse seria o momento de “abrasileirando o Rio Grande, agauchar o Brasil” (PORTO apud GUTFREIND, 1998, p.52) num anseio por consolidar a imagem do Rio Grande como estado capaz de guiar o destino político da nação. Tal idéia foi fortemente alimentada por uma historiografia que percebia essa “missão patriótica” como a predestinação histórica do estado sulino, buscando a validade do argumento em diversas pesquisas sobre os inúmeros combates armados nos quais os rio-grandenses teriam bravamente lutado pela integridade nacional e nunca teriam pensado em qualquer tipo de separatismo. Era uma questão, portanto, de identidade regional, mas profundamente permeada pela idéia da unidade nacional, sendo a história a principal via discursiva de legitimação do projeto político que era apresentado. As novas interpretações que surgiram nesse momento, a respeito do evento mais importante da tradição historiográfica e identitária gaúcha – a Revolução Farroupilha – foram marcadas por tal depuração ideológica que enterrou quaisquer resquícios ainda existentes de interpretações separatistas e todos os laços que pudessem sugerir a ligação do movimento farrapo com o lado platino. Travaram, assim, uma acirrada disputa com leituras como a de Alfredo Varela (que insistia numa visão separatista da revolução) e transformaram a revolta em exemplo de patriotismo e nacionalismo. De acordo com Gutfreind, Aurélio Porto foi o elemento de transição que, a partir do final da década de 20, assumiu o discurso da sociogênese lusitana do povo gaúcho, como uma fusão do português com o indígena, sem a influência platina.



Ainda que a obra de Belém tenha sido publicada apenas em 1933, tudo indica que sua produção tenha se dado em meio a esse período de transição – já que as pesquisas e redação da obra teriam levado quase dez anos –, cujas tendências acabaram por permear suas concepções a respeito desses aspectos fundamentais da historiografia sulina, principalmente porque ele também fez parte do IHGRGS, ainda que como sócio correspondente. Aurélio Porto, elemento-chave do IHGRGS, por exemplo, lhe prestou assistência na feitura de sua *História* e ao que nos consta, era grande amigo de João Belém. Chegou mesmo a publicar uma poética e emocionada homenagem póstuma na edição do primeiro semestre de 1935 da revista do IHGRGS, por ocasião da morte de Belém. O famoso historiador gaúcho narra neste texto a ocasião em que conheceu a “amável pessoa” de Belém, com não mais de 15 anos de idade, nos meios jornalísticos da capital, e não poupa sua verve poética para descrever a genialidade do jovial professor de letras. Este texto deixa transparecer a relevância da relação entre esses dois intelectuais e de fato pudemos perceber que Porto foi um dos mais importantes referenciais da obra de Belém, no que tange aos aspectos interpretativos mais gerais da história rio-grandense. E não apenas como uma influência indireta, já que o historiador cachoeirense prestou auxílio direto nas pesquisas documentais de Belém, fornecendo-lhe materiais e dados. As citações e elogios que faz a Porto, em algumas passagens do seu livro, nos deixam a pista: “Consoante dados nos ofereceu o ilustre e infatigável pesquisador das coisas do Rio Grande, Sr. Aurélio Porto [...] talentoso e incansável investigador do passado do Rio Grande” (BELÉM, 1989, p. 47, 134).

Tal como pensado por Aurélio Porto, Belém reconheceu como sujeitos históricos da origem de Santa Maria apenas os portugueses e os nativos que receberam a civilização através da fé católica e que se integraram à “coletividade santa-mariense”, misturando-se ao elemento português e gerando o povo “gaúcho”. Sobre as famílias guaranis que se deslocaram para a cidade em meados de 1800, afirmou:

Tais índios catequizados, agricultores uns, operários outros, todos obedientes à religião católica que professavam com ardente fé, identificaram-se com o meio ambiente, aceitando sem constrangimento os costumes da população que os agasalhava. [...] estavam integrados na coletividade santa-mariense em razão do que, com o tempo, *desapareceram na fusão do sangue gaúcho pelo cruzamento das duas raças* que se encontraram (BELÉM, 1989, p. 31). [...] eram indivíduos que, em virtude da catequese [...], estavam civilizados, tendo abraçado com sinceridade a religião católica. [...] em nosso trabalho, entretanto, pouco nos interessa saber a que raça ou sub-raça pertenceram... (BELÉM, 1989, p. 89-90) [grifos nossos]

Esta fusão que gera o gaúcho é típica da interpretação de Aurélio Porto. Essa síntese étnica seria, a partir de então, o veio explicativo mais comum para o processo de formação do tipo gentílico sulino, discurso que seria aprimorado por historiadores como Souza Docca, Othelo Rosa, Darcy Azambuja e Luiz Goycochêa Castilhos. Todos estes passaram a aperfeiçoar o discurso lusitano, ao mesmo tempo em que lançavam suas forças contra as interpretações separatistas e/ou

que endossassem a participação do homem platino/castelhano na sociogênese rio-grandense. A citação abaixo sintetiza esse momento, demonstrando como estes historiadores fizeram frente às polêmicas teses separatistas e platinistas:

Faz-se mister, portanto, que isso seja dito alto, bem alto, de forma a ser ouvido por todos, de Norte a Sul, de Leste a Oeste, por nacionais e estrangeiros, por sábios e ignorantes, por amigos e inimigos: somos brasileiros de origem lusitana com todas as qualidades do tipo, resultante da fusão do melhor português, do melhor silvícola americano e do melhor brasileiro. Refiro-me ao açoriano, ao guarani, ao mameluco paulista. (REVISTA DO IHGRGS, 1934, p. 269).

A história de Belém pertence ao mesmo conjunto interpretativo e comunga de muitos aspectos comuns a esse grupo de historiadores, todos membros do IHGRGS, que era a instituição oficial da produção historiográfica rio-grandense de então. Embora não tenhamos evidências diretas da relação de Belém com todo esse quadro de historiadores, a relação que pudemos averiguar, com Aurélio Porto, foi útil no sentido de perceber que sua obra, apesar de situada num contexto interiorano, está afinada com os preceitos e linhas interpretativas que vinham sendo desenvolvidas na capital.

Na história de Santa Maria de Belém, assim como na desses historiadores do instituto, as guerras aparecem como elemento fundamental da narrativa, argumento central que endossava o sentimento de brasilidade e patriotismo do Rio Grande do Sul, através de seus soldados heróis:

subordinados conscientemente às leis da disciplina, não indagavam a razão por que iam combater o estrangeiro. Diziam-lhes que a pátria fora ofendida... Não era necessário mais. Iam e lutavam por amor à Pátria. [...] E, nessas lutas temerárias em que o generoso sangue rio-grandense se derramava sem conta e sem medida, Santa Maria nunca deixou de dar seu contingente humano para o sacrifício comum. (BELÉM, 1989, p. 240)

Essa percepção está diretamente atrelada ao argumento de que os sul-rio-grandenses eram patriotas por sempre terem combatido os inimigos da nação e lutado pela guarnição dos interesses e das fronteiras brasileiras perante a renitente ameaça castelhana. Para Belém, esse patriotismo tinha um caráter absoluto, na medida em que os gaúchos eram vistos como os legítimos guerreiros, do tipo que nem mesmo questionavam os motivos pelos quais lutavam se a integridade da pátria estivesse em jogo – ainda que, em sua opinião, muitas dessas peleias tivessem sido mesmo para satisfazer o orgulho ou o imperialismo da Coroa Brasileira. Há em sua interpretação um controlado tom de crítica a certas atitudes da política imperial, que é esclarecedor em relação aos mecanismos pelos quais a historiografia do momento conseguiu desarticular a idéia do gaúcho não-brasileiro imputando a ele um patriotismo e defendendo o rótulo de “província sacrificada” para o RS:

Sempre que o Brasil era obrigado a empunhar armas para o desagravo de sua honra ofendida, segundo o critério do Governo Imperial; sempre que os imperantes desejavam, *por la razon ó por la fuerza*, convencer aos nossos vizinhos do Prata de que nenhum ato de política interna podiam praticar sem o consentimento do Brasil; sempre que patriotismo brasileiro teve de fazer explosão para satisfazer o orgulho da Coroa; a província de São Pedro do Rio Grande do Sul era a mais sacrificada, ou melhor, a única sacrificada entre todas as províncias irmãs. (BELÉM, 1989, p. 240) [grifos do autor]

Parece-nos expressiva a proximidade dessa argumentação com a de Aurélio Porto, no mesmo contexto, em 1934:

E nossa gente, que vem de troncos portugueses [...] será, na grande Pátria, um tipo notadamente diverso do de seus irmãos de outras circunscrições do país. Não pela diversidade de sentimentos de brasilidade [...], mas pela diferença do tipo físico, trabalhado, nas primeiras fases de vida histórica por lutas cruentas em que nos debatemos [...] Tais características [...] impulsionaram ainda mais, se possível, as nossas virtudes cívicas, o nosso amor à Pátria. (PORTO apud GUTFREIND, 1998, p. 48.)

Essas relações ainda não foram devidamente exploradas porque, como já enfatizamos, há poucos trabalhos que tomem essas obras locais em suas dimensões historiográficas e que tratem do problema historiográfico como uma questão de interconexões e influências mútuas. A questão do positivismo – em suas diversas vertentes e nuances – como fonte de inspiração teórica é também emblemática para demonstrar como esse processo de construção de tipos específicos de consensos interpretativos e metodológicos foi muito mais amplo e ultrapassou o núcleo de produção da capital.

Essa difusão de influências foi mais expressiva a partir da década de 20, que, como dissemos, é o ponto de inflexão da produção historiográfica gaúcha, porque até então nem mesmo havia uma instituição que congregasse esses intelectuais e escritores versados nas questões históricas. O IHGRGS, que assumiu esse papel, passou a ser um núcleo de convergência no qual eram moldadas e adaptadas as tendências teóricas que serviriam à historiografia do período. Atuou como uma força centrífuga capaz de levar aos intelectuais das cidades mais afastadas da capital as influências e os debates mais marcantes na historiografia do período, o que não significa que essas influências tenham sido mecanicamente recebidas, sem alterações e desvios. Uma dessas influências é, sem dúvida, o conjunto de preceitos e idéias que geralmente denominamos de positivismo<sup>10</sup>.

No Rio Grande do Sul, em linhas gerais, o positivismo serviu de inspiração para as diretrizes governamentais ao longo de praticamente toda primeira república, tendo sido o arcabouço teórico que moldou a geração de políticos e intelectuais do PRR ao longo das três primeiras décadas republicanas. Entretanto, como filosofia definidora não só de condutas políticas, mas também de parâmetros epistemológicos, sua influência no campo da história foi notável, ao passo que o uso de

---

<sup>10</sup> Conforme alguns autores problematizaram, as matizes desse “positivismo” eram tantas e tão diversificadas que é difícil falar em apenas um positivismo. A perspectiva orientadora do governo era, via de regra, de inspiração comtiana, mas as discrepâncias, interpretações diversificadas e incoerências em alguns aspectos eram tantas que seria impossível afirmar isso de forma absoluta: “[...] cada indivíduo adotou os elementos do positivismo que lhe pareciam mais adequados, não havendo coerência necessária entre os princípios comtianos e os ideais defendidos, nem mesmo havendo adoção irrestrita do ideário proposto por Comte ou pelos que se diziam seus herdeiros e seguidores”. (WEBER, 1999, p. 36). No que diz respeito à historiografia, Petersen (1998, p. 44) demonstra que o que se denomina genericamente positivismo é na verdade uma mescla de elementos que vem não só da filosofia comtiana, mas das tendências e/ou escolas históricas. A autora chama atenção para essa simplificação, alertando que o que se entende por historiografia positivista é um modelo de construção histórica “que em alguma medida esteve inspirada na teoria de Comte em busca de um estatuto científico para o conhecimento histórico” que, posteriormente, recebeu a alcunha de “tradicional” ou “cientificista”.

seus princípios mais elementares chegou a formar uma espécie de senso-comum sobre como deveria ser feita toda investigação científica, e, por conseguinte, como a História deveria ser.

Seria a História tão científica quanto qualquer ciência natural, e usaria o mesmo método, baseando-se na rígida pesquisa documental e na neutralidade, limitando-se à observação e explicação causal dos fenômenos, sem juízos de valor ou preconceitos. Essas características gerais, que não pertencem unicamente ao positivismo comtiano, tomaram uma dimensão de “senso-comum da história” (CARR, 1989, p.13), e, durante boa parte do século XX no RS, foram consideradas como as regras legítimas para a produção do conhecimento histórico. Um “positivismo difuso”, de acordo com Astor Diehl e Nelson Boeira.<sup>11</sup>

No prólogo de sua *História*, e ao longo de algumas passagens do texto, Belém afirma os seus preceitos metodológicos e suas convicções sobre a pesquisa histórica:

[...] fui a Capital Federal onde, horas a fio, dias e dias, vergado sobre a mesa de trabalho, arranquei das entranhas do Arquivo Público e da Biblioteca Nacional a verdade histórica da fundação de Santa Maria. Está aí, pois, o meu modesto trabalho [...] e isso sem conjecturas nem palpites, mas baseada em documentos. (BELÉM, 1989, p. 3)  
A História é o passado. O que vem ocorrendo de 1900 até hoje é o presente, porque, na vida de um povo, trinta anos é um momento. Não devemos, pois, não podemos mesmo, esmiuçar as ocorrências daqui para diante porque, em geral, fomos parte interessada, faltando-nos isenção de ânimo para reviver os fatos com as devidas cores. (BELÉM, 1989, p. 151)

Na página 243 ele vai enfatizar o pressuposto da fidelidade aos documentos, resolvendo uma situação concreta: a polêmica sobre o local de nascimento do coronel Niederauer. Não obstante os familiares do militar terem afirmado que este nascera em “Três Forquilhas”, Belém encontrou um documento oficial que apontava para a freguesia de São Domingos de Torres, e não titubeou:

Acreditamos no documento oficial, porque, certamente foi o próprio Niederauer quem deu as notas para o assentamento do batismo transcrito. Temos aprendido, a nossa custa, que não há coisa mais duvidosa do que a tradição. (BELÉM, 1989, p. 243).

Embora não cite nenhum autor de referência metodológica ao longo do texto, essas reflexões endossam a influência desse “positivismo difuso” em sua obra, na medida em que compartilhava dessas acepções comuns à maioria dos historiadores da época. Sua participação no IHGRGS, embora quantitativamente pequena – foram, ao todo, quatro ensaios –, foi bastante significativa para um autor do interior, sendo que era sócio da instituição desde 1920, ano de sua fundação.

Essas conexões e influências, contudo, não autorizam tratar a obra de Belém como uma mera cópia das histórias então produzidas ao redor do IHGRGS, na capital. Isso seria exatamente desprezar a historicidade local. Diehl (1998) sugere, ao tratar do problema da “delimitação do

---

<sup>11</sup> Esse “positivismo difuso”, conforme falou Diehl, estava permeado por um cientificismo adjacente, advindo de “outras correntes filosóficas influentes na época que com ele compartilhavam o mesmo clima intelectual e certos pressupostos básicos”. Teríamos aí não só o positivismo de Comte, mas também as idéias de evolucionistas como Spencer, Taine, ou Buckle. Ainda que entre essas várias formas de cientificismo houvesse diferenças de enfoques, é certo que guardavam semelhanças significativas, um certo “ar de familiaridade”, “com mais nitidez a partir da década de 1920 na produção historiográfica rio-grandense.” (DIEHL, 1998, p. 123-124). Ver também Boeira (1980, p.45).

espaço da historiografia”, que é complicado tratar as regiões apenas como um detalhamento do que ocorre no nível nacional e afirma que seria interessante vislumbrar o fenômeno da incorporação/cooptação das regiões pelo centro, descartando a simples idéia do mimetismo. Podemos trazer a questão para uma escala menor, e complementar afirmando que essa rede de relações e influências não funciona em mão única, porquanto seja mais complexa e plural. Os matizes que deram cor à narrativa de João Belém (as influências teóricas e interpretativas da historiografia rio-grandense da época) não fizeram de sua *História* uma construção menos original.

Um dos elementos originais da obra de Belém, por exemplo, é a forma como aborda a dimensão cotidiana dramática da guerra, aspecto que atravessa também sua obra literária. Os combatentes gaúchos são homens que agem a partir de um código rígido de fidalguia, no qual a honra e o patriotismo vêm em primeiro plano. Mas isso não significa que a guerra seja somente um amontoado de glórias. Ao narrar episódios sucedidos em Santa Maria ao longo dos conflitos, Belém faz questão de aludir à situação da população que se esconde das rajadas de fuzis e que sofre com os horrores das revoluções, tais como a morte de familiares, a carestia gerada pelos saques dos soldados e a destruição dos lares. Sobre o impacto da sedição farroupilha na cidade, afirma:

Em os primeiros anos de 1836 a povoação mudou completamente de aspecto. A localidade risonha que o sábio Arsène Isabelle, dois anos antes, achara encantadora [...] tinha agora alguma coisa de lúgubre como se uma peste por li houvesse passado deixando a desolação e o luto em quase todos os lares. (BELÉM, 1989, p. 77)

A respeito dos movimentos revolucionários de seu tempo, como a revolução Federalista, a insurreição de 23 e o bombardeio sofrido por Santa Maria em 1926, Belém igualmente insere a população em meio à tragédia da guerra:

Acordada em sobressalto a pacífica população do bairro em que está situado aquele imóvel do Estado [quartel da Brigada Militar], cada qual tratou de forrar, pelo lado interior, as frágeis paredes de sua casa de madeira, para que não fosse fuzilado por balas perdidas, dentro de sua própria habitação. Três horas durou a fuzilaria intensa, levando o desassossego a todos os lares, pois que toda população acordou. E, com o coração nas mãos, assistia, com a imaginação, o desenrolar da pavorosa tragédia que seus olhos não viam, mas que o estampido das armas de guerra lhe fazia chegar aos ouvidos, em proporção talvez maior do que era. Mas, de fato, a tragédia era horrível. (BELÉM, 1989, p. 245). [...] “Diversas pessoas recolheram-se ao quartel do 7º Regimento de Infantaria temendo que os revolucionários pudessem tomar conta da cidade e molestá-las” [citação do jornal “Diário do Interior” que ele insere no texto.]

Este sangue derramado, estupidamente, em frente ao quartel da Brigada Militar em Santa Maria, foi o último vertido na revolução de 23. (BELÉM, 1989, p. 246)

Mas parece que a Providência Divina condoída de tanta crueldade, velava sobre a vida dos habitantes, desviando as atenções dos tresloucados moços oficiais do exército. Muitas casas foram atingidas por projéteis de artilharia que derrubaram paredes. E não houve uma só morte em nenhum desses prédios. [...] A fuzilaria, porém, além dos prejuízos materiais que causou, arrebatou muitas vidas e feriu senhoras e crianças. Durante todo o dia 16 e, entrando pela noite adentro até o dia seguinte, às 3 da madrugada, a fuzilaria de um e de outro lado sibilando não tinha interrupção de dez minutos. [...] Livres do tiroteio as ruas,

encheram-se de gente. Começou, então, a triste romaria ao Hospital de caridade para onde eram conduzidos os mortos e os feridos. (BELÉM, 1989, p. 248-249).<sup>12</sup>

Essas passagens são, evidentemente, discretas em relação ao conjunto da obra, mais preocupada, de forma geral, à seqüências narrativas mais factuais, direcionadas pelo pressuposto da neutralidade e da fidelidade documental. Não obstante, é possível traçar aí um paralelo entre esses trechos de sua narrativa historiográfica com as narrativas literárias das peças que citamos anteriormente, principalmente “Corações Gaúchos”. No ato em que se passa uma cena de acampamento de guerra, em meio à revolução de 23, Tenente Arthur, um jovem que adere ao exército em busca de vingar a morte do pai, é abordado por uma senhora idosa e miserável, que lhe suplica a restituição de uma vaquinha arrebanhada pela tropa:

VELHA JOANA (*voz trêmula*): Uma vaquinha que eu tinha para dar leite à minha netinha... Uma vaquinha só que eu tinha e os soldados levaram! Mande soltar a minha vaquinha, seu capitão! Minha filha, já não tem marido, morreu na revolução... e a netinha morrerá também se não lhe der leite... é tão fraquinha... nós já não temos o que comer... Levando esse último animalzinho que temos, ficamos na miséria. Não é de mim que eu peço que tenhas pena, é da minha netinha, é de uma criancinha de 2 anos, órfã de pai. [...] SARGENTO (*risonho*): É tempo perdido, tenente, a vaquinha desta bruxa já foi carneada... estava gorda que era um gosto. Em todo caso ela pode levar o couro... já não perde tudo... ARTHUR (*reprimindo a indignação*): Tem razão! Não perde tudo como você já perdeu até o sentimento humano. Entre um irracional e você, o irracional tem mais alma! Retire-se da minha presença! (*sargento retira-se*).  
VELHA JOANA (*retirando-se*): Pobre da minha netinha, vai morrer à míngua.  
ARTHUR (*indignado*): E é em nome do povo que se fazem as revoluções! Em nome do povo como se não fosse o povo, a massa anônima, que mais sofre as terríveis conseqüências. (BELÉM, 2002, p. 176-177 - Segundo Ato de *Corações Gaúchos*).

Através da representação de uma situação muito comum nas guerras, Belém explora o lado cruel, nem um pouco glorioso das batalhas. Essa é uma cena que não tem nenhuma ligação direta com o enredo principal da trama, mas está estrategicamente inserida, de maneira a endossar o sentido moral da peça, que parece ser demonstrar que as paixões partidárias e as inconseqüentes guerras civis só trazem a dor e a tragédia para a vida das pessoas, desarticulando famílias e destruindo amores e amizades; matando na peleja, mas também matando de desgosto. Em sua narrativa histórica há também outras referências análogas:

[a localidade, no caso, Santa Maria] tinha agora alguma coisa de lúgubre como se uma peste por ali houvesse passado deixando a desolação e o luto em quase todos os lares. Os campos despovoaram-se em todo o vasto território do Curato. [...] quem pode e teve tempo transportou seus gados para esconderijo que supunha seguro, mas em sobressalto, sabendo que, descoberto, mais caro pagaria o “crime” de ter procurado defender seus interesses. (BELÉM, 1989, p. 48)

Essa dialética da guerra está na própria tragicidade da história de Belém, já que a construção de Santa Maria se dá em meio a diversos conflitos e alguns de seus períodos de maior prosperidade

---

<sup>12</sup> Aqui a menção é ao chamado “Dia do Bombardeio”, quando as forças militares federais tentaram prender autoridades e tomar as guarnições da Brigada Militar, alegando a suspeita de sedição contra o governo de Washington Luis. Criou-se uma verdadeira guerra na cidade, com tiroteios, bombas e combates ao longo das avenidas e ruas, em 16 de novembro de 1926. Cf. Diário do Interior de 20 de nov. 1926.

são entrecortados por revoluções – como no caso da Revolução Farroupilha. Essa ambigüidade também está presente na sua forma de narrar as guerras, pronunciando os dramas, mas também narrando os feitos dos líderes heróicos. Temos o elemento tradicional das narrativas gloriosas de guerras e de grandes feitos e heróis, absolutamente usual na historiografia com que estava habituado e também predominante em sua obra, mas temos também uma outra face que trazia à tona, ainda que discretamente, os nomes de indivíduos anônimos e os problemas trazidos pela guerra.

Essas duas faces, podemos afirmar, constituem uma peculiaridade de sua obra. Mais especificamente a partir do capítulo II, os contrastes aparecem com mais nitidez. Entre uma história dos “heróis”, dos desbravadores, membros da comissão de demarcação de limites e estancieiros responsáveis pelas primeiras povoações da cidade, há também imensas listas de batizados, casamentos, mortos, soldados, índios, imigrantes, todos nomeados um a um, como se Belém fizesse questão de inserir-lhes na história da cidade, citando aqueles que, como ele mesmo afirmou, não têm os seus nomes gravados na História. É evidente que essas transcrições literais de listas e documentos têm também o peso de comprovação documental da verdade histórica, mas as citações são tão freqüentes e detalhadas que parecem não se justificar apenas por esse pressuposto. Na passagem a seguir fica mais nítida sua reflexão sobre os homens comuns mortos na e pela guerra:

E os soldados que compunham o bravo Regimento de Cavalaria de Santa Maria? Seus nomes não vêm à tona da História. São Heróis anônimos, são abnegados patriotas, cujo valor não é inferior ao de seus chefes, mas “não terão estátuas nem Capitólio”. A esses, que os há em todas as pátrias, às vezes, por descargo de consciência, os governos fazem erigir um monumento “em memória do soldado desconhecido”... E seus filhos, alguns morrem de fome. (BELÉM, 1989, p. 241)

Após essa sua elucubração, ele faz questão de citar todos os nomes dos “abnegados santamarienses que compunham o destemido 7º Corpo Provisório de Cavalaria de Santa Maria”, soldados combatentes da Guerra do Paraguai, antes de transcrever o rol dos comandantes. (BELÉM, 1989, p. 242-243)

Essa dualidade que permeia sua *História* pode ser explicada, em parte, pela dualidade que o autor vive em sua trajetória intelectual quando assume uma tarefa de historiador e propõe produzir uma obra histórica imparcial e documentada tendo sido, ao longo de toda sua vida, muito mais um dramaturgo e poeta do que um “cientista”. Um boêmio “vagabundo do espírito” (alcunha dada por PORTO, 1935, p. 213) que se aventurou pelos caminhos austeros da ciência histórica (como ele mesmo denomina, em muitas passagens, a História). Essas duas propostas acabaram se misturando em sua obra, porque nela há palpites, conjecturas, lendas, anedotas advindas da tradição, ainda que seu autor tenha se empenhado com o encadeamento dos fatos e demonstração das fontes de sua verdade. Mesmo no fio narrativo dos seus acontecimentos, há certo brilho poético que não é apenas estético, mas que também perpassa o encadeamento da própria tragicidade da história. A história é contada sob o prisma de um progresso que tem um sentido atemporal, em alguns momentos freado,

mas sempre heroicamente retomado, em etapas demarcadas que se sucedem quase que instantaneamente, como em um drama teatral.

Nessa narrativa do progresso da cidade, um progresso intermitente e voraz, os fragmentos do passado são talhados sob uma luz exagerada, oferecendo uma visão extremamente otimista dos períodos mais remotos da história da cidade, como na primeira metade do século XIX, em que Santa Maria ainda era apenas um “curato”: “Santa Maria, em 1835, marchava em vertiginoso progresso. Seu Comércio e indústria pastoril desenvolviam-se prodigiosamente”(BELÉM, 1989, p. 74). Esse progresso vertiginoso, contudo, é abruptamente abreviado pela Revolução Farroupilha, que mergulha o povoado na tragédia da guerra e da carestia:

Até o fim de 35, ainda a paz, a ordem, a tranqüilidade, o trabalho fecundo reina na terra dadivosa. Afinal, encerrando o ano o seu ciclo, o movimento revolucionário repercute, dolorosamente, no meio laborioso, produzindo a catástrofe. Fazendeiros e agregados, comerciantes e auxiliares, agricultores e peões, todos estes operários do Bem e da grandeza da terra em que viviam, abandonam suas ocupações produtivas para pegar em armas, uns levados por ideal, outros por instinto de defesa. É que a dissensões políticas, extremado, demasiadamente, a família rio-grandense, divide-a em dois grandes grupos, não deixando lugar para a neutralidade. [...] Destarte, o ano de 1835 que fora de trabalho fecundo e remunerador para Santa Maria, fechou, em uma atmosfera pesada de ansiedade e de cruel expectativa. (BELÉM, 1989, p. 77).

Mas, ao fim da guerra, o ciclo de desenvolvimento acelerado retorna, tão rapidamente como fora abortado, completando um fluxo cíclico de sua narrativa:

Finalmente, voltam a casa todos os que não tombaram na cruenta campanha. Os campos começam a ser povoados de novo e as terras arroteadas. O comércio respira completamente desafogado, as indústrias retomam o caminho interrompido. [...] Uns, orgulhosos de seus feitos, narram os episódios em que foram partes; as mulheres choram seus entes queridos mortos na luta fratricida; e outros lamentam o tempo desperdiçado na brutalidade da guerra civil. (BELÉM, 1989, p. 84).

O progresso descrito talvez não coincidissem com a realidade enfocada e o corte feito pela navalha da guerra fosse menos reto do que o apresentado por sua narrativa ora romantizada, ora lacônica. No entanto, é necessário dizer que o ideal de predestinação ao progresso e os conflitos armados por questões políticas faziam parte da realidade social e do universo político vivenciados por João Belém. Devemos lembrar que essa idéia do progresso é encampada por um indivíduo que respirou os ares do positivismo em sua fase de maior deslumbramento no panorama político e intelectual do estado e viveu o período das largas transformações na dinâmica urbana da cidade, trazidas pelo mundo das estradas de ferro e por toda modernização que a estrutura ferroviária exigia e multiplicava. As classes médias urbanas começavam a experimentar a expansão econômica do município e do estado, quando a ascensão do modelo positivista no governo começava a ensaiar os primeiros passos de uma industrialização com vistas ao “progresso”, num estado que até então girava em torno da atividade pastoril/charqueadora (MAESTRI, 2005, p. 44-45).



A ampliação do funcionalismo burocrático/administrativo pôde ser imediatamente sentida, e o rápido desenvolvimento da estrutura ferroviária fez de Santa Maria uma das principais cidades do Rio Grande do Sul (WICKERT, Op. Cit. p. 8). E foi justamente a ferrovia que levou Belém para Santa Maria, e a política partidária que ali o manteve envolvido durante grande parte de sua vida, dedicada ao grupo de indivíduos que encampou tais metamorfoses (seja como funcionário público, seja como militante redator de folhas republicanas). Do mesmo modo, seu contexto é marcado pelo horror de duas guerras fratricidas e extremamente violentas que acontecem no terreno das dissidências políticas, a Revolução Federalista e a Revolução de 23. A sua reflexão historiográfica caminhou no sentido de tentar compreender e delimitar essa marcha de progresso entrecortado pelas guerras, buscando elementos nas origens mais remotas da cidade e nas revoluções do passado, narradas com tonalidades do seu próprio presente e com as mesmas tintas que davam acabamento à sua obra literária.

Essa mistura de histórias heróicas dos líderes, desbravadores pioneiros, coronéis e destemidos comerciantes, com os nomes de uma população sem história, transcritos de listas de batismos, casamentos, óbitos e combatentes; de documentos “portadores da verdade” e de lendas e anedotas da tradição popular; da promessa pela “verdade histórica da fundação de Santa Maria” com a transcrição de um mito fundador<sup>13</sup>; toda essa mescla de elementos que hoje nos parece paradoxal, não abriga necessariamente um antagonismo. Se para endossar esse argumento já mencionamos a questão da influência de sua verve literária em sua obra histórica, podemos também ponderar sobre outro ponto importante do contexto em que essa narrativa histórica está inserida: a situação profissional vivida pela disciplina histórica no período.

A profissionalização e a institucionalização da disciplina histórica no estado, no âmbito da academia, são processos recentes, sendo que até meados da década de 1940, a produção historiográfica do Rio Grande do Sul ainda era exclusivamente uma produção de intelectuais sem formação ou qualquer tipo de envolvimento em ambientes historiográficos universitários. (RODRIGUES, 2002, p. 49). Mesmo no centro do país as primeiras faculdades desse caráter só começaram a ser criadas em meados dos anos 30, o que nos obriga a pensar a tarefa da “escrita da história” como extremamente diversa da historiografia profissional acadêmica. Os *historiadores* seriam aqueles indivíduos integrantes do seleto grupo de intelectuais de um determinado quadro social, que, por sua erudição e atuação na sociedade (em geral eram profissionais diplomados – médicos ou advogados – e/ou funcionários públicos), tinham respaldo para adentrarem em questões que diziam respeito ao seu passado e o da sua cidade, ou mesmo do estado e da nação.

---

<sup>13</sup> Essa suposta lenda é na verdade é um conto do escritor Cezimbra Jacques. Este, contudo, não é citado por Belém como autor da fábula. Esse fato foi problematizado mais recentemente por Orlando Fonseca (2000) e também problematizado por Goulart, Weber e Rosa (2004).

A conjuntura em que esses intelectuais se inserem é, sem dúvida, marcada por uma determinada forma de entendimento sobre o que deva ser o progresso e, conseqüentemente, de como a história deveria ser pensada e escrita para contribuir com a evolução sócio-cultural nacional e regional projetadas pelo aparelho político do governo castilhistaborgista. Muitos desses indivíduos eram politicamente engajados ao PRR, e estavam, portanto, dialogando com o positivismo, seja como filosofia adaptada em programas de governo, seja enquanto estatuto metodológico para a pesquisa da história. Ambas essas dimensões estão sobrepostas e o horizonte de possibilidades históricas não permitiria uma fuga completa de certas normas, herdadas da tradição cientificista-racionalista que comentamos anteriormente. Esse ambiente intelectual, todavia, não era hermético, o que significa dizer que estes intelectuais não deixaram de introduzir elementos e autores de outros naipes teóricos, muitos destes até mesmo conflitantes ou avessos ao positivismo, embora a forma de pensar a história enquanto uma narrativa linear e cronologicamente guiada, imparcial e fincada na base documental, tenha permanecido por muito tempo como a base metodológica da prática historiográfica. (GUTFREIND, 1998, p. 36, 163).

O contexto em que esta historiografia se desenvolveu desautoriza uma interpretação a partir da qual se poderia imaginar que não houve mesclas, influências diversificadas e desvios, e que o positivismo teria sido matéria-prima para uma tendência historiográfica absolutamente coerente e programática. A história era produzida em gabinetes e demarcada por leituras e opções individuais, ainda que fosse cerceada por um núcleo institucionalizado e processada por um grupo de historiadores com respaldo oficial e midiático, desvinculados de espaços de formação profissional acadêmica, mas vinculados ora a causas políticas específicas, ora ao próprio aparelho de estado. Contudo, se era uma história que se fazia em uma dimensão leiga e às vezes institucional, era escrita por penas de diletantes extremamente eruditos, conhecedores de obras clássicas e de cultura enciclopédica, versados em diferentes campos de conhecimento.

As contradições que se nos apresentam hoje, quando percebemos tendências variadas e mesmo opostas em determinadas obras históricas – o caso de Belém – foram eventualmente tratadas como um *ecletismo* (GUTFREIND, 1998, p. 29). Mas se o conceito sintetiza a idéia, elucida muito pouco em relação à experiência histórica desses sujeitos. Podemos lançar mão de um argumento demasiadamente simples, mas que pode clarear a questão: a reflexão sobre arcaísmos teóricos delimitados dentro do campo profissional da historiografia – das caracterizações e das eventuais contradições e incompatibilidades entre diferentes teorias – é muito mais recente e pertence já ao âmbito da historiografia acadêmica, que somente a partir de meados dos anos 70 começa a avaliar criticamente a produção historiográfica anterior e proceder a análises e discussões sobre a teoria da história. Seria um anacronismo o simples ato de classificar como incoerente – em função do ecletismo – uma historiografia produzida no limiar da década de 30, como a de João Belém, não

estando a disciplina histórica profissionalmente institucionalizada e não havendo, portanto, historiadores que não fossem também políticos, funcionários públicos, advogados, militares, médicos, teatrólogos, poetas, cada qual granjeando influências, assimilando leituras de forma particular e criando concepções sobre o que seria a pesquisa e a escrita da história, sem que houvesse a preocupação de uma *coerência teórica profissional* – exigência que não fazia parte do horizonte de prática historiográfica desses indivíduos.

Essa confluência de atividades ratifica o argumento de que a prática historiográfica do período, não sendo uma atividade acadêmica, é uma atividade paralela desses sujeitos, que também produziram literatura, atuaram no meio jornalístico, sustentaram teses políticas, viveram revoluções e tiveram inúmeras outras funções profissionais concomitantes. Intelectuais influentes do período como Aurélio Porto, Souza Doca, Moysés Vellinho e Othelo Rosa transitaram pelos campos de crítica literária, da produção literária em geral, da imprensa, tiveram cargos no governo e empenharam-se em debates na defesa de suas concepções políticas e de sociedade; suas *histórias* constituíam apenas um lado desse poliedro, e traziam em seu bojo manchas radiais de todo esse conjunto de experiências e produções.

Portanto, nos parecem insustentáveis pelo menos duas teses: em primeiro lugar, a tese de que uma determinada filosofia poderia ser alocada apenas em um nível político, sem atingir a prática historiográfica (o caso do positivismo); e em segundo, como desdobramento da primeira, a que resume a profusão de tendências teóricas no conceito de *ecletismo*, denominação que pode desembocar numa compreensão anacrônica, na medida em que as combinações de tendências não levavam em conta um padrão coerente de utilização de estatutos teóricos profissionais da história.

A história escrita por João Belém é uma história que partilha de elementos comuns ao consenso historiográfico da época, que bebe em historiadores regionais e esposa algumas de suas teses, mas que tem sua dimensão de originalidade, inserindo elementos incomuns e nem por isso se constituindo necessariamente num contraponto historiográfico. Se João Belém estava situado e comprometido com uma conjuntura política determinada, não perdeu por isso sua liberdade criativa e nem mesmo a sua forma peculiar de perceber seu próprio engajamento político. A produção de uma obra se dá sempre dentro de um determinado horizonte de historicidade, ou seja, uma conjugação de preceitos, normativas, interesses, objetivos e condições específicas que são próprias de um tempo determinado. O indivíduo histórico está sujeito à violência da experiência temporal e de sua transformação, sendo modificado e forçando mudanças na consciência social, nos limites das condições que já estão historicamente acimentadas antes de sua ação no mundo. Em outras palavras, poderíamos citar a conhecida e pertinente fórmula que afirma que os homens *fazem* a história – a modificam e se modificam ao longo desse processo – mas assim fazem estando dentro de condições que não escolheram (MARX, 1982), de um contexto já historicamente articulado que será o espaço

de suas vivências e no qual vão ter que encarar a experiência do tempo e construir suas narrativas para explicá-la – sejam simples memórias, sejam visões de mundo, ou sejam obras históricas.

Um exemplo que pode finalizar bem o artigo é a perspectiva que Belém nos oferece em relação à questão religiosa em sua obra, mais propriamente do catolicismo. Ao longo de toda a narrativa, a religião católica aparece como o elo, o elemento que consegue dar alguma coerência ao aglomerado que vai aumentando e do qual surge a cidade. Em todos os períodos Belém enfatiza a luta dos moradores por capelas e por padres que pudessem lhes administrar os sacramentos, desde a fundação até os momentos mais recentes. A passagem que mais chama atenção, entretanto, é quando descreve a figura do emblemático padre Caetano Pagliuca, tecendo rasgados elogios ao seu outrora interlocutor na época da *Reação*. Ali fica explícita uma situação no mínimo peculiar: o Belém que de forma sarcástica e corrosiva se insurgia contra o clero da cidade e assinava artigos numa revista que claramente polemizou e tentou ridicularizar a figura do padre Caetano, quase duas décadas depois dava ao mesmo padre um lugar heróico e nobre na história de Santa Maria:

[...] o catolicismo caía, dia a dia, na terra santa-mariense. Foi o Padre Caetano Pagliuca quem o amparou na queda e o levantou. A majestosa Igreja Catedral que ali se eleva [...] é obra sua, exclusivamente sua. A empresa foi tentada, em outro tempo, mas quem a realizou foi ele, porque só a sua vontade férrea, a sua tenacidade, a sua dedicação, o seu tino diplomático, poderia modificar o ambiente, produzindo os frutos que produziu. Conquistou ele as simpatias da sociedade, elevando os créditos de sua religião, porque não se limitou à pregação inócua das virtudes cristãs mas praticou-as. [...] O seu valor é indiscutível. É o homem das realizações. Pensa, resolve e faz. [...] conseguiu o padre Caetano reunir os desalentados, reanimando-lhes a fé que se estiolava como planta delicada a que faltam os cuidados reclamados pela natureza. (BELÉM, 1989, p. 212).

Evidentemente trata-se de uma circunstância curiosa, mas não se pensarmos que há um espaço de quase duas décadas entre os dois momentos e que há uma grande diferença entre uma revista satírica e uma obra histórica. Como um homem público respeitado, conhecido em todo estado por suas peças e por atuação política, professor e primeiro historiador da cidade, Belém obviamente optou por fazer de seu livro uma obra edificante, que apresentasse uma imagem positiva da “linda cidadezinha” e glorificasse todos os grandes homens, fossem eles seus companheiros, fossem adversários políticos. Uma opção que fez parte de um outro momento de sua trajetória, pois o João Belém historiador do final dos anos 20 não era mais o mesmo dos versos sarcásticos, dos pseudônimos e das revistas de costumes “pitorescas” da década de 1910. As circunstâncias eram outras e os atores também haviam mudado; porque, ao fim e ao cabo, as pessoas de fato mudam.

Analisar a vida e obra de um autor é sempre uma tarefa complexa. Nossa breve análise sobre esse intelectual carismático e polivalente é, evidentemente, apenas uma pequena trilha frente à diversidade de aspectos que ainda poderão ser futuramente trabalhados, mas pudemos ao menos esboçar um quadro diferenciado daquilo que até então havia sido exposto. Belém percorreu diversos caminhos e boemias em sua intelectualidade, e sua obra é hoje, mais do que nunca, de vital

importância para se pensar a história de Santa Maria e o panorama historiográfico do Rio Grande do Sul de sua época.

Os exemplos e aspectos que discutimos aqui não pretenderam formar uma análise completa da obra deste importante literato, mas demonstrar porque sua obra é uma referência que, por ser um *clássico* da história da cidade e do estado, precisa ser vista como tal: uma obra que sobreviveu ao seu tempo, e que por isso, antes de ser utilizada para a dogmatização ou banalização do conhecimento, deve ser fonte para novos estudos, discussões e reflexões acerca da história e da historiografia sul-rio-grandense.

## REFERÊNCIAS

AXT, Gunter. **Ideologia autoritária, eleições e Justiça no Rio Grande do Sul borgista**. Disponível em <<http://www.tj.rs.gov.br/institu/memorial/votar.doc>>. Acesso em 15 Dez 2007.

BELÉM, João. **Aerólitos**. Porto Alegre: Gundlach e Becker, 1902.

BELÉM, João. Coriscos... In: **Reação** – órgão das idéias liberais, Santa Maria, ano I, n. 1, 01 maio 1915.

BELÉM, João. **História do Município de Santa Maria – 1797-1933**. Reedição. Santa Maria: edições UFSM, 1989.

BELÉM, João. **Páginas Perdidas**. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1916.

BELÉM, João. **Três Peças Teatrais**. Santa Maria: Câmara Municipal de Vereadores, 2002.

BIASOLI, Vitor. *Maçonaria versus Igreja Católica: o caso do periódico Reação em Santa Maria (1915–1917)*. In: **ANAIS do XXIV Seminário Nacional de História**. São Leopoldo: Anpuh, 2007. Mídia Digital.

BIAVASCHI, Márcio Alex Cordeiro. Borgismo, Coronelismo e dissidências políticas nas páginas dos jornais santa-marienses. In: **Revista Biblos**, Furg Rio Grande, 17: 165-178, 2005. Disponível em <<http://seer.furg.br/ojs/index.php/dbh/article/viewPDFInterstitial/190/60>>. acesso em 10 Dez 2007, p. 4.

BIAVASCHI, Márcio Alex Cordeiro. **Coronelismo, Borgismo e Escândalos Políticos: O caso Ribeiro Tacques (Santa Maria: 1925-1926)**. Porto Alegre: Dissertação de Mestrado em História/PUCRS, 2004.

BOEIRA, Nelson. O Rio Grande de Augusto Comte. In: DACNAL, H. e GONZAGA, S. (orgs.). **RS: Cultura e Ideologia**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980, p. 34-59.

CAIMI, Flávia E; COLUSSI, Eliane L. História... Mestra da vida e testemunha dos tempos. In: **História: Debates e Tendências**. Revista do Programa de Pós-Graduação em História da UPF. Passo Fundo, n. 1, v. 2, p. 53-70, dez 2001.

CARDOSO, Edmundo. João Belém (1874-1935) – Resumo Biográfico. In: BELÉM, João. **História do Município de Santa Maria – 1797-1933**. Reedição. Santa Maria: edições UFSM, 1989.

CARR, Edward. **Que é História**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

**DIÁRIO DO INTERIOR**. Para a Solenidade – uma palestra biográfica – trinta minutos de arte musical e vocal – outras notas. Santa Maria, 04 Mar 1939, p. 2.

DIAS, José Roberto Souza. **Caminhos de Ferro do Rio Grande do Sul**. Editora Rios, 1986.

- DIEHL, Astor Antônio. **A Cultura Historiográfica Brasileira: do IHGB aos anos 1930**. Passo Fundo: ediupf, 1998.
- FONSECA, Orlando; QUEVEDO, Julio. **Cezimbra Jacques - passado e presente**. Porto Alegre: Martins Livreiro, 2000.
- FRANCO, Sérgio da Costa. **Porto Alegre - Guia Histórico**. Porto Alegre: UFRGS, 1988.
- GOULART, Tiago. ROSA, Rosana. WEBER, Beatriz T. A historiografia como questão histórica: as obras de João Belém e Romeu Beltrão na construção da história de Santa Maria. **Sociais e Humanas: Revista do Centro de Ciências Sociais e Humanas da UFSM**, Santa Maria, v. 17, 2004.
- MAESTRI, Mário. **A República Velha**. Desenvolvimento, consolidação e crise do capitalismo regional – 1889-1930. Passo Fundo: Ediupf, 2005.
- MARCHIORI, José Newton Cardoso. João Belém – Intelectual Santa-mariense. In: BELÉM, João. **Três Peças Teatrais**. Santa Maria: Câmara Municipal de Vereadores, 2002, p. 13-22.
- PETERSEN, Silvia R. Ferraz. Historiografia positivista e positivismo comtiano: origem e desvirtuamento de uma relação teórica. In: **Revisando o Positivismo**. Canoas: La Salle, 1998.
- PORTO, Aurélio. João Belém. In: **Revista do IHGRGS**. IV trimestre de 1935. Porto Alegre: Livraria do Globo.
- REVISTA DO IHGRGS**. Parecer dos senhores Darcy Azambuja e Othelo Rosa sobre a “História da Grande Revolução”, do dr. Alfredo Varella. Porto Alegre, n. 56, p. 276-272, 1934.
- RODRIGUES, Mara Cristina de Matos. **A institucionalização da formação superior em história: o curso de Geografia e História da UPA/URGS – 1943 a 1950**. 2002. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002.
- VÉSCIO, Luiz Eugênio. **O Crime do Padre Sório: Maçonaria e Igreja Católica no Rio Grande do Sul. 1893-1928**. Santa Maria/ Porto Alegre: editoraufsm/Ed. da UFRGS, 2001, p. 123.
- VILLAS-BÔAS, Pedro. **Notas de Bibliografia Sul-rio-grandense**: autores. Porto Alegre: A Nação, Instituto Nacional do Livro, 1974.
- WEBER, Beatriz Teixeira. **As Artes de Curar**. Medicina, Religião, Magia e Positivismo na República Rio-Grandense – 1889 – 1929. Bauru/ Santa Maria: Edusc/ufsm, 1999.
- WICKERT Ana Paula; GELPI Adriana. **Processo de ocupação e produção do território da Região Norte do Rio Grande do Sul a partir da implantação da ferrovia Santa Maria a Itararé**. In: ANAIS DO II CONGRESSO SUL-AMERICANO DE HISTÓRIA – História e Meio Ambiente – Imigração e colonização: formas de ocupação e impacto ambiental. Meio digital. Disponível em <<http://2csh.clio.pro.br/ana%20paula%20wickert%20-%20adriana%20gelpi.pdf>> Acesso em 2 Dez 2007.